

Francisco Dias

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 43

[Handwritten signatures]

Aos dez dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal em sessão extraordinária sob a Presidência do Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos Vogais António Rodrigues Garcês na qualidade de Primeiro Secretário eleito e Ester da Conceição Rocha Martins no impedimento do Segundo-Secretário João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, e com a presença dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Vicente Ferreira, Eduardo António Ramalheira, Maria Helena Dias Camelo, António Adérito Brás Coelho e Silva, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Domingos Simões Maia, Maria Fernanda Figueiredo Gonçalves Neves, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Lúcio de Jesus Lemos, António José Valente, Silvêrio Conde Teixeira, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, João Gamelas da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, Eugénio Martins das Neves e António Ferreira da Silva.

Peças 10.00 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais António Manuel Pinto Soares Machado, José Luis Rebocho Albuquerque Cristo, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Albertino Moreira de Oliveira, Fernando da Conceição Mendes, João Pereira Soares, António Rocha Dias de Andrade, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, António Correia Marques da Silva, António Henriques Sancho, Manuel Branco Pontes, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Celestino Alberto dos Santos Antunes e Manuel Gaspar Fernandes.

De imediato, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Eduardo Ramalheira, Maria Fernanda Neves, José Luis Cristo, Ulisses Manuel Pereira, Ester Rocha Martins e João Soares, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Ferreira 2.

Inmediatamente a seguir, deu-se início ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, tomando a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para se reportar aos problemas habitacionais existentes no concelho e considerar que a promoção de habitação feita pela Câmara não resolve as carências, dadas as dificuldades de acesso ao crédito. Assim, sugeriu que a Câmara promovesse a construção mensal de dois fogos dentro do espírito de construção social e económica.

Seguidamente, usou da palavra o Vogal Lúcio Lemos nos seguintes termos: "PROTECÇÃO CIVIL - Há tempos, um jornal diário disse que, na cidade de Aveiro, há um Centro Comercial (não disse qual é) "cheio de defeitos, constituindo um perigo para os logistas e para o público; não há extintores, nem saídas de emergência, nem luzes de sinalização". A notícia trazia a seguinte afirmação do Comandante dos Bombeiros Novos "Como aquilo está, se houver um problema nem as pessoas saem nem nós entramos. Para o caso de incêndio já foi alertado o Serviço Nacional de Bombeiros (Inspeção Regional do Centro)". Portanto, à semelhança do que fez o Correio do Vouga (edição de 7 de Setembro), deixo aqui um apelo no sentido de que o Município de Aveiro cumpra a lei 418/80, para casos como este, relativamente à necessária licença de construção. É que, depois pode ser tarde. A protecção civil é prioritária. Todos o sabem".

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal solicitou informações relativamente ao estudo da toponímia concelhia e urbana que estava em vias de execução, segundo informações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara.

Também no uso da palavra, o Vogal António Ferreira da Silva solicitou esclarecimentos quanto à problemática da aquisição de instalações para a Delegação Escolar, embora tal responsabilidade não seja da competência da Câmara Municipal. Perguntou, ainda, se a Câmara continua a desenvolver esforços no sentido de que seja criado o Ciclo Preparatório para a zona sul do concelho. Mais perguntou para quando se prevê a distribuição de verbas às Juntas de Freguesia.

Reportando-se, de imediato, à segurança do Parque Municipal, referiu que, embora no período diurno não existam grandes problemas, o mesmo já se não verifica no período nocturno, sugerindo que deveria ser aumentada a vigilância neste período.

Concluindo a sua intervenção, alertou a Assembleia para a necessidade de, junto do Governador Civil, manifestar as suas preocupações quanto à propagação das máquinas "póquer" e outras no nosso concelho.

Entretanto deu entrada na Sala o Vogal Rui de Brito. Seguidamente, tomou a palavra o Vogal João Matias para alertar o Executivo para a necessidade de se dotar o largo do Cõjo com instalações sanitárias para apoio ao parque de estacionamento ali existente, por forma poder-se anular a má imagem que a falta daquele equipamento origina.

Entretanto, deram entrada na Sala os Vogais Carlos Paciência e Fernando Almeida e Silva.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados começando por referir que a sugestão apontada para que a Câmara se propusesse fazer a promoção directa de habitação construindo dois fogos mensalmente não era grande investimento, já que o problema da habitação tem que ser analisado numa perspectiva mais ampla. Mais informou que aquela problemática depende da Secretaria de Estado da Habitação através do I.N.H.-Instituto Nacional de Habitação, a quem compete promover habitação. Contudo, a Câmara vai contrair um empréstimo para a construção de 64 fogos no Caião, como forma de responder a este tipo de preocupações, mas que continua a ser insuficiente dada a sua falta de capacidade financeira para poder ir mais além.

Relativamente à problemática da toponímia, informou que se encontra em execução um estudo extensivo às áreas urbana e sub-urbana mas que ainda não existem resultados do mesmo.

Mais informou que, embora não sendo da sua directa competência, a Câmara está empenhada na resolução da aquisição de instalações para a Direcção Escolar de Aveiro bem como na criação do Ciclo Preparatório a sul do concelho, para o que já reservou o espaço necessário à sua implantação.

Informou, ainda que, durante o ano de 1985, está planeada a iluminação total do Parque Municipal mantendo-o aberto ao público no período nocturno, para que se possa evitar a sua utilização como local de encontro de marginais.

Entretanto, deu entrada na Sala o Vogal Jaime Machado.

De seguida, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva para, no seguimento das considerações tecidas pelo Vogal João Matias, referir que tal equipamento deveria apoiar também o Mercado Abastecedor de Aveiro dada a imprescindível necessidade de proporcionar condições higio-sanitárias aos vendedores daquele Mercado e exigidas pela natureza dos produtos

Handwritten signatures and initials in the bottom left corner of the page.

ali transacionados. Alertou, ainda, o executivo para a necessidade de ser prestada maior assistência ao sistema semafórico existente, nomeadamente no que se refere à substituição de lâmpadas cujas avarias ocorrem com demasiada frequência e por períodos demasiado prolongados.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal reportou-se à existência de um lagar de azeite no concelho de Aveiro e sugeriu que a Câmara, através do seu Pelouro Cultural, diligenciasse no sentido de ser elaborado um estudo pormenorizado quanto ao seu estado de conservação e funcionamento, dado o seu interesse para fins escolares.

Entretanto, deram entrada na Sala os Vogais António Alves e Helder filipe.

Também no uso da palavra, o Vogal Rui de Brito, reportando-se à problemática da regionalização, fundamentalmente quanto à sua implementação na área do distrito de Aveiro, perguntou se tão importante matéria não deveria ser debatida pelos municípios do distrito a fim de tomarem conhecimento dos "dossiers" que os envolvem na política de regionalização. Mais referiu que, tendo esta temática sido abordada nesta Assembleia de que resultou a ideia de apoiar o executivo no sentido de apresentar o levantamento das situações que envolvem Aveiro e o seu distrito para que, em conjunto, os mesmos fossem levados junto do Poder Central, a mesma deveria merecer um maior empenhamento para que se possa impedir que a regionalização seja imposta mas sim directamente participada por todos os órgãos envolvidos.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal, abordando a problemática da toponímia aveirense, sugeriu que as placas identificativas dos nomes das artérias fossem executadas no material típico da região, como seja a cerâmica através da azulejaria decorativa, o que produzirá efeitos estéticos mais apreciados do que os que actualmente existem.

Seguidamente, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para solicitar alguns esclarecimentos nomeadamente por quem serão construídos os 64 fogos no Caião, se as mesmas serão vendidas ou alugadas e qual o preço de venda ao público. Porque se conclui que o sistema de celebração de contratos de desenvolvimento para a construção de habitação não produz os efeitos desejados para a resolução dos problemas da habitação social, antes provoca encargos financeiros à Câmara, perguntou se tais contratos não poderiam ser aplicados no âmbito da habitação social propriamente dita. Ainda no âmbito da problemática da habitação, perguntou se há elementos quanto à colecta da contribuição predial do concelho que a Câmara

Manu

arrecada e se, porventura, aquela verba não poderia ser directamente aplicada na construção de fogos para habitação social.

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados começando por informar que um contrato de desenvolvimento é promoção de habitação social definida pelo Estado. Contudo, refere que não existe em Portugal uma política de habitação, porquanto compete ao Estado intervir na promoção directa de habitação social e tal não se verifica. Mais informou que os fogos a construir pela Câmara no Caião sê-lo-ão através do financiamento solicitado ao I.N.H. Relativamente ao contrato de desenvolvimento a celebrar com a Simofer para a construção de 250 fogos em Santiago, refere que deverá ser o Estado a adquirir os mesmos, desde que a empresa não consiga efectuar a sua venda na totalidade, por ser, no seu entendimento, a inflexão a fazer na política de habitação em Portugal.

Informou, ainda, que a colecta da contribuição municipal arrecadada pela Câmara se situa na ordem dos trinta e cinco mil contos que, a ser aplicada na promoção directa de habitação, seria manifestamente insuficiente para resolver os graves problemas existentes.

Abordando, de imediato, a problemática do processo de regionalização, teceu algumas considerações de índole geral e referiu que, embora tivesse assumido o compromisso de, conjuntamente com o senhor Presidente da Assembleia proceder ao levantamento da situação no que se refere à mesma, ainda não existe qualquer trabalho. Porém e se se mantiver a oportunidade, o mesmo poderá ser efectuado para o que solicitou a colaboração dos membros desta Assembleia ligados aos diversos sectores abrangidos pela referida regionalização.

Concluindo a sua intervenção, informou que o Mercado Abastecedor está servido pela rede de águas e que, quanto à falta de instalações sanitárias, não seria oportuna a construção daquele equipamento porquanto já existe no Mercado Manuel Firmino. Relativamente à existência de um lagar de azeite no concelho reconheceu a oportunidade de se proceder ao levantamento da situação para que se possa analisar a viabilidade e interesse na sua preservação. Mais informou que existe uma equipa de apoio aos semáforos existentes mas que, por dificuldades técnicas, nem sempre é possível proceder à sua reparação com a celeridade necessária.

Seguidamente, tomou a palavra o Vereador Eng^o Sequeira Pereira para informar que, no âmbito da segurança dos edifícios, a apreciação dos projectos não analisava a problemática da segurança contra incêndios fazendo, contudo, parte da Comissão de vistorias um representante do Comandante dos Bombeiros. Mais informou que, recentemente e no que se refere a projec

Manu
Manu

6.

tos de caves ou de centros comerciais, a Câmara começou a solicitar a emissão de pareceres à Direcção-Geral de segurança contra incêndios.

Também no uso da palavra, o Vogal António Ferreira da Silva perguntou se, no âmbito da construção de habitação, a Câmara abandonou o projecto de construção progressiva de uma habitação, por considerar que tal processo possibilita a resolução de problemas pontuais.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara teceu algumas considerações no âmbito dos critérios de atribuição de habitação decorrentes da aplicação da legislação vigente que, dada a sua interpretação, provoca situações extremamente ingratas e injustas.

De imediato, o Presidente corroborou as considerações tecidas pelo Presidente da Câmara relativamente à problemática da regionalização e deu nota de algumas intervenções tidas acerca da mesma. Relativamente à sugestão apontada quanto à necessidade de se alertarem as entidades competentes para os efeitos negativos provocados pela proliferação das máquinas de jogo e outras informou que, dada a pertinência das preocupações manifestadas, faria seguir para o Governo Civil e em nome da Assembleia uma exposição alusiva ao facto.

Encerrado o período de antes da ordem do dia, deu-se entrada na ORDEM DOS TRABALHOS.

PONTO Nº. 1 - APRECIÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 1984 (Deliberação da Câmara Municipal de 10.09.84):- Aberto o período da discussão, tomou a palavra o Vogal Carlos Paciência para se reportar à recente aprovação da construção da passagem superior no prolongamento da Avenida 25 de Abril e à consequente afectação de verbas para o efeito perguntando, assim, onde se prevê a inclusão de respectiva verba na presente Revisão. Solicitou, ainda, justificações quanto à classificação orçamental da verba de vinte mil contos inscrita no capítulo das Transferências de Capital - Outras, bem como perguntou se a verba inscrita no capítulo da Educação, Cultura e Desporto - Saúde e Protecção Civil (2276 contos) se destina a custear os encargos resultantes dos transportes escolares.

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para informar que a despesa orçada em 2276 contos se destina a suportar os encargos dos transportes escolares e que a receita de vinte mil contos se destina à obra da passagem superior citada bem como se destina ao lançamento da Central de Camionagem. Mais informou que a verba destinada à execução da passagem superior recentemente aprovada pela Assembleia não se encontra inscrita na despesa dado que, aquando da elaboração da Primeira Revisão Orçamental ainda se

não tinha verificado a aprovação da inclusão no Plano de Actividades para o ano em curso da citada obra.

Encerrado o período de discussão, o Presidente submeteu à votação da proposta da Primeira Revisão ao Orçamento de 1984 apresentada pela Câmara, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

PONTO Nº. 2 - CRIAÇÃO DE LUGARES NOS QUADROS DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL (Deliberação tomada em 30.07.84):- Sobre a matéria em epígrafe, o Chefe de Secção Rui Barros, deu nota da deliberação da Câmara Municipal que propõe a criação de um lugar de Técnico Auxiliar de BAD Principal para os Serviços de Turismo apresentando as justificações decorrentes da mesma.

Posta à discussão e dado que nenhum Vogal usou da palavra, o Presidente submeteu à votação a deliberação da Câmara que a seguir se transcreve "FUNCIONALISMO MUNICIPAL - CRIAÇÃO DE LUGARES - Face às informações do Chefe dos Serviços de Turismo e da Secretaria, que aqui se dão como transcritas, foi deliberado, por unanimidade, criar no respectivo quadro um lugar de Técnico Auxiliar de BAD principal e submeter o assunto à consideração da Assembleia Municipal", tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

De imediato, o Presidente suspendeu os trabalhos para a visita programada às instalações da Fábrica Jerônimo Pereira Campos e aos terrenos adquiridos pela Câmara na zona envolvente da Empresa Cerâmica Vouga seguida de almoço, após o que se recomeçarão os trabalhos.

Eram 12 horas e 15 minutos.

Pelas 15 horas e 30 minutos, reiniciaram-se os trabalhos com a presença dos Vogais Francisco Fernando da Encarnação Dias, Henrique Manuel Marques Domingos, António Rodrigues Garcês, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Vicente Ferreira, Eduardo António Ramalheira, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, Maria Helena Dias Camelo, António Adérito Brás Coelho e Silva, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Domingos Simões Maia, António Rocha Dias de Andrade, Helder Oliveira dos Santos Filipe, Ester da Conceição Rocha Martins, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Lúcio de Jesus Lemos, António José Valente, Silvério Conde Teixeira, Jaime Rodrigues Machado, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, João Gamelas da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, Eugénio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes e António Ferreira da Silva.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais António

8.
H. L. V. 8.

Manuel Pinto Soares Machado, José Luis Rebocho Albuquerque Cristo, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Albertino Moreira de Oliveira, Fernando da Conceição Mendes, João Pereira Soares, Maria Fernanda Figueiredo Gonçalves Neves, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, António Manuel de Almeida Alves, Rui José Gomes de Brito, Fernando Queirós de Almeida e Silva, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Manuel Simões Madail, António Henriques Sancho, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Celestino Alberto dos Santos Antunes e Manuel Gaspar Fernandes.

PONTO Nº 3- APRECIACÃO DO ESTUDO PRÉVIO DA ZONA FORCA-

-VOUGA:

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para proceder à apresentação dos técnicos Arqtº Morais Soares e Engº Lameiras presentes representando a Tecnopor, gabinete que elaborou o estudo prévio da zona compreendida entre a linha do caminho de ferro e a variante bem como uma zona de Vilar e S. Bernardo, que será objecto de desenvolvimentos sucessivos a nível de Planos de Pormenor de que já existe o primeiro abrangendo os terrenos da Cerâmica Vouga visitados no período da manhã.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Correia da Silva.

De imediato, tomou a palavra o Arqtº Morais Soares para proceder à apresentação do Plano, salientando que o mesmo só foi elaborado após a execução de um rigoroso inquérito e que a solução apontada nasceu do diagnóstico e da análise feita ao referido inquérito, a cargo do Engº Lameiras.

Assim, tomou a palavra aquele técnico que iniciou a sua intervenção com esclarecimentos de índole fisiográfica que dada a sua importância no estudo da área abrangida pelo Plano, exigiu uma análise física bastante pormenorizada, informando, ainda, que também foi elaborado um climograma porque Aveiro não tem grandes amplitudes térmicas mas sim um índice de humidade relativamente grande, a que não é estranha, a localização das salinas que funcionam como material higroscópico e factor de redução das humidades. Salientou também o estudo histórico efectuado para análise do património existente com especial destaque para o núcleo histórico de Esgueira que se propõe venha a ser preservado. No campo da ocupação de solos, realçou o levantamento total efectuado da construção existente bem como todos os compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Aveiro quanto a planos de loteamento ou de pormenor, com todos os cuidados que exige a elaboração realista de um Plano com a envergadura que o presente apresenta.

9.

Ainda no uso da palavra, aquele técnico salientou que o Plano apresentado proporcionará a reposição da continuidade do desenvolvimento linear da cidade para lá das actuais barreiras que são a linha do caminho de ferro e a E. N. 109, bem como permitirá o prolongamento do canal do Cojo e do Canal de Esgueira porque ^aestes canais correspondem leitos de drenagem hidrica e atmosférica dado que a orientação dos arruamentos em Aveiro, tal como dos existentes no Plano, é no sentido dos ventos dominantes ou seja norte-noroeste e que permitem a limpeza atmosférica daqueles arruamentos.

Relativamente ao esquema viário, informou que o mesmo se desenvolve a partir dos acessos projectados e dos existentes e da rede viária urbana, que impõem que não haja acessos directos ou de nível à EN 16 pelo que foram consideradas duas vias distribuidoras locais, sendo uma para o tráfego pesado que proporcione uma ligação mais directa ao Terminal de Camionagem e que possa suportar, também, todo o trafego ligeiro e de penetração na cidade, e de outra via distribuidora que permitisse toda a distribuição de tráfego para a nova urbanização.

De novo no uso da palavra o Arqtº Moraes Soares tecidas corroborou as considerações pelo Engº Lameira, e realçou que o plano foi dividido em três manchas distintas abrangendo nomeadamente a zona de Esgueira que teve como preocupação fundamental a preservação da arquitectura existente como forma de manter o seu espírito humanista, sem que tal medida signifique valia para os terrenos correspondentes; a zona da Forca será o coração da futura urbanização e permitirá a vivificação do Canal do Cojo, pela sua linha natural de recebimento de água doce, prolongando-o para além das barreiras formadas pela linha do caminho de ferro e pela variante, facto que impedirá a existência de eventuais tragédias originadas pelo aumento dos caudais de água bem como a preservação das zonas verdes naturais; na zona de S. Bernardo os solos serão ocupados com programas de habitação unifamiliar com parcelas de terreno utilizadas como logradouros próprios que permitirão, ainda, a exploração agrícola.

Mais informou que o Plano compreende uma grande zona desportiva e uma zona para parques de exposições que permita o descomprometimento dos terrenos onde actualmente se situa este tipo de equipamentos, porque os mesmos apresentam óptimas condições para urbanizar.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o vogal António Ferreira da Silva para solicitar esclarecimentos quanto às transformações previstas para os terrenos da freguesia de S. Bernardo, tendo o Arqtº Moraes Soares informado que naquela zona existe uma grande mancha com óptimas

Maria 10.
[Signature]

condições agrícolas a manter, conforme consta do regulamento anexo ao Plano, mas onde se permite uma ocupação habitacional em lotes de dois mil e quinhentos metros quadrados, viabilizando-se, assim, a exploração agrícola e a consequente urbanização regulada.

Também no uso da palavra, o Vogal Rocha Andrade teceu algumas considerações sobre o Plano e solicitou esclarecimentos quanto à problemática da ligação e articulação entre a cidade antiga e a projectada. No âmbito dos problemas de sensibilização, evidenciou o seu acordo quanto à proposta de preservação do património cultural de Esgueira bem como quanto à orientação das vias no sentido dos ventos dominantes para que possam beneficiar dos efeitos despoluentes aliado à acção desumificadora das salinas.

Concluindo a sua intervenção aquele vogal solicitou esclarecimentos quanto à articulação futura do Plano com o desenvolvimento que, porventura, venha a verificar-se, sobretudo para nascente e poente do mesmo. Recomendou, ainda, que seria útil que não houvesse um comprometimento de construção junto da variante tal como na zona de Esgueira de acordo com a ideia expressa pelo Arqtº Morais Soares.

De seguida tomou a palavra o Vogal Jaime Machado para evidenciar o seu agrado quanto à forma como foi apresentado o plano sobretudo porque o mesmo trata do problema dos solos agrícolas de uma forma como nunca o foi, porque lhe pareceu feliz a ideia como foi encarada e integrada a solução agrícola no Plano, e porque está totalmente em oposição à solução de ocupação dos solos da zona das Agradas do Norte, embora pense que a área projectada para os lotes seja um pouco exagerada e que talvez pudesse vir a ser alterada para uma área menor.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Eduardo Ramalheira para manifestar o seu regozijo pela forma clara e objectiva como foi feita a apresentação do plano pelos técnicos presentes, porque se infere das exposições feitas um Plano bastante criativo em vários aspectos, nomeadamente no aproveitamento inteligente de infraestruturas existentes no sentido da economia na preservação do património histórico da cidade; no aproveitamento e transformação da actual linha do Vale do Vouga em meios de transporte urbano; na humanização da cidade através da criação de infraestruturas para a circulação própria de ciclistas.

Manifestou, ainda, embora com algumas reservas, a sua sensibilização pela preocupação quanto à preservação de áreas agrícolas, pelo que perguntou qual a população prevista para a zona de habitação unifamiliar em S. Bernardo e Vilar relativamente à área a preservar. Salientou, também, que

as suas reservas são manifestadas por não lhe parecer que a preservação proposta seja efectiva, a curto prazo, em termos de comunidade. Apontou, assim, como alternativa, a municipalização dos solos e o seu arrendamento para exploração e benefício da comunidade, dado que a cidade de Aveiro possui uma cintura de solos agrícolas do melhor que existe na região.

Entretanto abandonaram a sala os Vogais António Correia da Silva, Helder Filipe e Silvério Teixeira.

Em resposta às questões colocadas, o Arqtº Morais Soares corroborou as recomendações apontadas quanto ao não comprometimento de construção na variante, referindo contudo que, quando se processar a transformação na variante em artéria urbana distribuidora de tráfego interno ou inter-regional, aquela não servirá de ligação às construções existentes já que as mesmas serão servidas por uma via hierarquicamente inferior àquela, de acordo com o regulamento elaborado. Mais informou que a articulação entre a cidade antiga e a projectada se processará por percursos de peões e de ciclistas bem como pelas travessias desnivelada existentes e projectadas bem como pela densidade de construção de habitação e serviços projectada que permitirá anular o efeito negativo das barreiras existentes.

De novo no uso da palavra, o Engº Lameiras prestou pormenorizados esclarecimentos acerca da projecção demográfica da cidade de Aveiro, salientando que, como havia referido o Arqtº Morais Soares, as características evolutivas do Plano estão baseados nos resultados das estatísticas dos censos até à presente data elaborados. Relativamente à preservação dos solos agrícolas e zonas verdes naturais, informou que os Índices se situam em cerca de 41% da área total de estudo.

Também no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo realçou a preocupação do estudo quanto à preservação dos solos agrícolas, de zonas verdes e da preservação do património arquitectónico existente.

Destacou, ainda, os conhecimentos manifestados pelos técnicos que elaboraram o Plano quanto às características lagunares próprias da cidade de Aveiro, pois que propõem a revivificação dos canais de Esgueira e do Cojo bem como a preservação das salinas, características que devem ser sempre mantidas tendo as suas palavras sido corroboradas pelo Vogal António Granjeira.

De novo no uso da palavra, o Vogal António Ramalheira, realçou a forma pormenorizada como foram prestados os esclarecimentos solicitados. Contudo, e porque insuficientes, perguntou se a solução adiantada quanto à preservação dos solos agrícolas e às áreas propostas tem em vista a sua preservação a longo prazo, dado que não se antevêm quaisquer garantias resi-

12.
[Handwritten signature]

dindo, aqui, o ponto crucial da questão, embora seja bom verificar-se a afectação de terrenos para a actividade agrícola.

Em resposta às questões colocadas o Arqtº Moraes Soares informou que a solução apontada surge no sentido de se tentar coarctar a possibilidade dos solos agrícolas de Aveiro ficarem completamente destruídos por habitações, dadas as dificuldades de se impedir a construção de habitação em zonas tão próximas do centro urbano e que o Plano estudou.

Imediatamente a seguir o Presidente da Câmara procedeu à introdução da proposta de alienação dos terrenos da Empresa Cerâmica Vouga e adjacentes, visitados no primeiro período da presente reunião, que coincidem com o desenvolvimento de pormenor de uma parcela do Plano em apreciação.

Assim, tomou a palavra o Arqtº Moraes Soares para tecer algumas considerações técnicas inerentes à proposta, informando que os índices de ocupação se situam em 350 habitantes por hectare, destacando, ainda, a preocupação de que a linha do caminho de ferro não funcionasse como barreira separadora, bem como destacou a preocupação evidenciada pelo Plano no que se refere à programação de uma praça com prioridade para peões e à existência de acessos pedonais como forma de se separar aquele trânsito do mecânico.

Concluindo a sua intervenção informou que o Plano de Pormenor prevê uma área de pavimento de construção de 62 561 m², sendo 35814m² para habitação, 4925m² para zona de comércio e serviços, 7818m² para zonas de escritório e 14004m² para garagens cobertas e pertencentes aos próprios edifícios.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Rocha Andrade para manifestar o seu regozijo pelo que, no concernente à criação de praças de convívio, o Plano prevê, adiantando contudo que a cidade de Aveiro, na sua parte mais antiga, também precise de igual equipamento.

Relativamente à construção de uma torre que funcione como barreira à linha do caminho de ferro e como polo aglutinador entre a cidade antiga e a parte nova proposta pelo Plano, perguntou se, sendo aquele edifício essencialmente destinado à habitação, não há uma aparente ilógica quanto à sua localização próxima da linha do caminho de ferro.

Em resposta à questão colocada, o Arqtº Moraes Soares informou que o edifício surge mais como factor de ordem estética demarcando assim o perfil da cidade, que obedece aos índices demarcados no Plano Geral de Urbanização. Mais informou que aquele edifício virá a funcionar como elemento pontual de referência à continuidade da cidade no sentido da Força.

13.

Encerrado o período de discussão, o Presidente submeteu à votação o ESTUDO PRÉVIO DA ZONA FORÇA-VOUGA e seu Regulamento que faz parte integrante da presente acta e aqui se dá como transcrito, tendo merecido aprovação por unanimidade.

PONTO Nº 4 - ALIENAÇÃO DOS TERRENOS DA CERÂMICA VOUGA E OUTROS CONSTANTES DO PLANO DE PORMENOR: - O Presidente da Câmara no uso da palavra, fez a apresentação da proposta de alienação dos terrenos da Cerâmica Vouga e adjacentes, de acordo com a deliberação da Câmara tomada a 5 de Novembro corrente, que a seguir se transcreve: "ALIENAÇÃO DE BENS- URBANIZAÇÃO DOS TERRENOS DA CERÂMICA VOUGA- No seguimento da deliberação tomada em 29 de Outubro, último, foi novamente presente o estudo económico elaborado pela Tecnopor, relativo à venda dos terrenos em causa.

Depois de demorada troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, fixar em 4 100\$00 por m2 de área de construção o preço de venda, devendo a alienação ser feita em conjunto e por propostas apresentadas em carta fechada, fixando-se em 2 anos o prazo para início de construção e em 10 anos o prazo de conclusão, o qual poderá ser prorrogado por razões ponderáveis a apreciar por esta Câmara Municipal.

Esta deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais."

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara manifestou a sua congratulação pela forma como decorreu a exposição feita sobre o Plano pelos técnicos da Tecnopor presentes e agradecer o empenhamento que aquele Gabinete tem dedicado aos Planos que tem executado para a Câmara de Aveiro, palavras a que se associou também o Presidente da Assembleia.

De imediato, e dado que nenhum Vogal usou da palavra, o Presidente submeteu à votação a proposta apresentada tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 18.30 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta de tudo quanto se passou, e que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos do Artigo 42º. do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março.